

Senhores Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1998 e 1997.

Colocamo-nos à inteira disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimento que julgarem necessários.

A DIRETORIA

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997 (Em reais)**

ATIVO	1998	1997	PASSIVO	1998	1997
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Bancos - Contas movimento.....	1.554	1.056	Juros a pagar - Debêntures .....	9.519.597	4.751.963
Despesas a serem reembolsadas .....	267	-	Obrigações fiscais - IRRF .....	815	1.042
Juros a receber - Notas promissórias .....	9.519.597	4.751.963	Valores a pagar .....	6	9.200
Despesas antecipadas .....	-	32.421	Despesas reembolsadas a incorrer .....	-	23.209
Outros .....	-	974		9.520.418	4.785.414
	9.521.418	4.786.414	<b>Exigível a longo prazo</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>			Debêntures .....	117.223.879	73.819.000
Notas promissórias .....	117.223.879	73.819.000		117.223.879	73.819.000
	117.223.879	73.819.000	<b>Patrimônio líquido</b>		
	126.745.297	78.605.414	Capital .....	1.000	1.000
				126.745.297	78.605.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997 (Em reais)**

	Capital social	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 1996</b> .....	1.000	-	1.000
Resultado líquido do período .....	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 1997</b> .....	1.000	-	1.000
Resultado líquido do período .....	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 1998</b> .....	1.000	-	1.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997 (Em reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Infovias PNSC S.A. foi constituída em 4 de dezembro de 1996, tendo por objeto exclusivo a aquisição de direitos creditórios devidos pela Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) às suas contratadas - Construtel Projetos e Construções Ltda., Ficap S.A., Pirelli Cabos S.A., Schain Cury Engenharia e Comércio Ltda. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica Ltda. - todas empresas vencedoras da licitação para a execução dos fornecimentos e serviços para a implantação de sistemas de transmissão de cabos ópticos na área de concessão da CRT, de acordo com o previsto no Edital CRT CEL CC 950745, oriundos do disposto nos respectivos contratos para implantação de sistemas de cabos ópticos na área de concessão da CRT, firmados em 29 de novembro de 1996 entre CRT e cada uma destas empresas (Contratadas), a serem pagos pela CRT com notas promissórias emitidas pela CRT nos termos e condições previstos no contrato de financiamento a que se refere o item (ii) da alínea (a) do parágrafo 4º, do art. 6º do Estatuto Social da Empresa, juntamente com todos os direitos, garantias e prerrogativas, principais ou acessórias, assegurados nos respectivos instrumentos contratuais aos direitos creditórios e notas promissórias aqui mencionados. A Empresa poderá ainda assumir de terceiros, obrigações de pagar faturas por serviços de telefonia prestados pela CRT, contra recebimento de contraprestação em dinheiro, a ser fixada caso a caso pelo Conselho de Administração e aprovada pela maioria dos acionistas detentores de ações preferenciais Classe A, reunidos em Assembléia Especial convocada especialmente para este fim.

A Empresa não poderá em hipótese alguma:

- Participar do capital de qualquer sociedade, nem integrar grupo de sociedades.
- Envolver-se em qualquer negócio e ou atividade não expressamente previsto no Estatuto Social.
- Realizar a cisão, ainda que parcial, da Empresa, a incorporação de outra sociedade pela Empresa, a sua incorporação em outra sociedade.
- Assumir qualquer outra forma de financiamento exceto quanto às emissões de debêntures referidas nos parágrafos 5º e 6º do art. 5º do Estatuto Social.

O prazo de duração da Empresa é de 10 (dez) anos, automaticamente prorrogável pelo prazo necessário para que a Empresa venha a liquidar todos os seus haveres.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As operações da Empresa são registradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

**3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

**b. Notas promissórias e debêntures**

São registradas pelo valor de emissão, atualizadas pelos rendimentos/encargos decorridos até a data do balanço.

**4. DESPESAS REEMBOLSADAS**

Em 7 de maio de 1997, firmou-se o compromisso de aquisição dos direitos creditórios da CRT, cujo contrato prevê o reembolso de despesas, custos e encargos relacionados ao processo desde a estruturação e manutenção até a liquidação da Companhia, limitados a 2% sobre o montante pactuado.

O contrato prevê ainda que a CRT tem a responsabilidade por novos tributos e/ou majoração de alíquotas de impostos indiretos. Com relação a essa responsabilidade vide informações contidas na Nota Explicativa nº 9.

De um total de R\$ 330.907 (R\$ 856.849 em 1997), reembolsado pela CRT no exercício de 1998, mais IR retido no valor de R\$ 815, e considerando o superávit anterior a R\$ 56 e adiantamento de R\$ 6, foram contabilizados desembolsos de R\$ 331.230 (R\$ 856.793 em 1997), restando R\$ 554 (R\$ 56

em 1997) como superávit de caixa.

Por regime contábil de competência foram levados à despesa R\$ 330.907 (R\$ 856.849 em 1997), permanecendo o saldo de R\$ 267 (R\$ 23.209 em 1997) em conta de "Despesas a serem reembolsadas" (Despesas reembolsadas a incorrer em 1997).

Os movimentos ocorridos no período foram:

	1998		1997	
	Regime de caixa	Regime de competência	Regime de caixa	Regime de competência
Fonte:				
Recebimentos por reembolso de despesas .....	330.907	330.907	856.849	856.849
Saldo anterior de despesas a incorrer .....	-	23.208	-	-
Outras:				
IRRF sobre debêntures ....	815	746	-	-
Uso:				
Em desembolsos .....	(331.230)	-	(856.793)	-
Em despesas lançadas ....	-	(355.128)	-	(833.641)
Saldo em despesas a serem reembolsadas (a incorrer) .....	-	(267)	56	23.208
Outras fontes em passivos:				
Serviços de consultoria ....	6	6	-	9.200
Obrigações fiscais .....	-	815	-	1.042
Outros usos em ativos:				
Despesas antecipadas .....	-	-	-	(32.421)
Outros .....	-	-	-	(973)
Superávit de caixa anterior .....	56	-	-	-
Superávit de caixa .....	554	554	56	56
Caixa oriundo de capital inicial .....	1.000	1.000	1.000	1.000
Saldo em bancos contas movimento .....	1.554	1.554	1.056	1.056

**5. NOTAS PROMISSÓRIAS A RECEBER**

Tratam-se de investimentos financeiros pós-fixados com remuneração equivalente à taxa ANBID mais 2% a.a. ano e coincidem em valor, remuneração e datas de vencimentos com as debêntures emitidas (vide Nota 6). Os juros são recebíveis semestralmente. Eram representadas em 31 de dezembro de 1998 por:

	1998		1997	
Debêntures	Princípal	Juros	Princípal	Juros
<b>Tranche equivalentes</b>				
Primeiro 1ª série	13.135.000	314.063	13.135.000	380.471
Segundo 2ª e 3ª série	21.965.000	2.707.748	21.965.000	1.782.658
Terceiro 4ª série	22.506.000	1.875.645	22.506.000	2.126.621
Quarto 5ª série	16.213.000	387.659	16.213.000	462.213
Quinto 6ª série	12.105.000	1.492.251	-	-
Sexto 7ª série	8.494.317	707.915	-	-
Sétimo 8ª série	3.348.020	412.729	-	-
Oitavo 9ª série	19.457.542	1.621.587	-	-
Total	117.223.879	9.519.597	73.819.000	4.751.963

**6. RECURSOS DE DEBÊNTURES**

Referem-se a debêntures com emissão de natureza pública, espécie subordinada, tipo simples, prazo de 36 meses com cupons semestrais de remuneração, calculado de acordo com a variação da taxa divulgada pela Associação Nacional de Bancos de Investimento (ANBID) para depósitos bancários a prazo, do tipo pré-fixado mais negociado e de maior volume

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997 (Em reais)**

	1998	1997
<b>Receitas/(despesas) financeiras</b>		
Juros sobre notas promissórias .....	27.692.131	5.947.873
Juros sobre debêntures .....	(27.692.131)	(5.947.873)
<b>Despesas administrativas e gerais</b>		
Registros CVM .....	4.972	375.233
Aluguel da sede .....	2.000	2.000
Honorários advocatícios .....	18.610	177.858
Auditoria .....	16.800	16.000
Publicações e material .....	97.263	103.198
Despesas com consultoria .....	25.000	48.000
Custódia .....	165.962	71.041
Contrato de gestão .....	97.263	32.421
Outras despesas .....	7.260	7.890
Reembolso de despesas .....	(355.128)	(833.641)
<b>Resultado líquido do período</b> .....	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997 (Em reais)**

	1998	1997
<b>Origem dos recursos</b> .....	43.404.879	73.819.000
Aumento do exigível a longo prazo .....	43.404.879	73.819.000
<b>Aplicações de recursos</b> .....	43.404.879	73.819.000
Aumento do realizável a longo prazo .....	43.404.879	73.819.000
<b>Aumento do capital circulante líquido</b> .....	-	-
<b>Variações no capital circulante líquido</b>		
Ativo circulante .....	4.735.004	4.785.413
No início do período .....	4.786.414	1.000
No fim do período .....	9.521.418	4.786.413
<b>Passivo circulante</b> .....	4.735.004	4.785.413
No início do período .....	4.785.414	-
No fim do período .....	9.520.418	4.785.413
<b>Capital circulante líquido</b> .....	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

apresentado ("taxa ANBID"), acrescido de sobretaxa de 2% ao ano, pelo valor de R\$ 1.000 cada debênture. Em 31 de dezembro de 1998 as debêntures encontravam-se na sua totalidade em circulação, com o principal classificado no longo prazo e os encargos decorridos classificados no curto prazo, com a seguinte distribuição:

Série	Data de emissão	Vencimento	Quantidade	Encargos Principal até a data	Encargos Principal até a data
1ª	29/05/97	29/05/00	13.135	13.135.000	314.063
2ª	29/07/97	29/07/00	16.568	16.568.000	2.042.430
3ª	29/07/97	29/07/00	5.397	5.397.000	665.318
4ª	29/09/97	29/09/00	22.506	22.506.000	1.875.645
5ª	29/11/97	29/11/00	16.213	16.213.000	387.659
6ª	30/01/98	30/01/01	12.105	12.105.000	1.492.251
7ª	29/03/98	29/03/01	8.271	8.494.317	707.915
8ª	29/07/98	29/07/01	3.260	3.348.020	412.729
9ª	29/09/98	29/09/01	18.946	19.457.542	1.621.587
Total			116.401	117.223.879	9.519.597

**7. CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

O capital social da Empresa é de R\$ 1.000 (um mil reais), dividido em 1.000 ações, nominativas sendo 990 ordinárias sem valor nominal e 10 preferenciais Classe A, com valor nominal de R\$ 1 (um real) cada.

**8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Empresa possui operações envolvendo instrumentos financeiros, tais como definidas na Instrução CVM nº 235/95, que são geridas e controladas pela Administração. Tais instrumentos financeiros, representados por debêntures e notas promissórias, possuem o mesmo montante, prazo e taxa de remuneração e serão liquidados simultaneamente. As variações ativas e passivas a valor de mercado se compensam.

**9. ALTERAÇÃO NA CARGA TRIBUTÁRIA**

Em 27 de novembro de 1998 foi editada a Lei nº 9.718 que estabelece a tributação das receitas de origem financeira pelo PIS e COFINS. Esses tributos, incidentes sobre a receita auferida a partir de 1º de fevereiro de 1999, equivalem a 3,75% da receita auferida.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Mauro Sérgio De Oliveira - Presidente  
Renato Dias Pinheiro

César Reinaldo Leal Pinto

**DIRETORIA**

Renato Dias Pinheiro – Diretor  
Sueli De Fátima Ferreti – Diretora

Contador - Paulo Schiesari Filho - CRC 1SP140.342/O-8

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Infovias PNSC S.A.

São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais da Infovias PNSC S.A., levantados em 31 de dezembro de 1998 e 1997 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 1998 e 1997, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a

posição patrimonial e financeira da Infovias PNSC S.A., em 31 de dezembro de 1998 e 1997, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 1998 e 1997, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.



21 de março de 1999

José Gilberto Montes Munhoz  
Contador CRC1SP145676/O-5

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6